



**Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Superior III
Analista de Sistemas - Segurança da Informação**

Nome do Candidato

Caderno de Prova '10', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

**Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Estudo de Caso**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém as questões e espaços para o rascunho do estudo de caso.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Estudo de Caso e utilizar, caso julgue necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá escrever as respostas do Estudo de Caso, a tinta, no Caderno de Respostas. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 5 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Estudo de Caso (rascunho e Caderno de Respostas).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e o Caderno de Respostas do Estudo de Caso.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Português**

Atenção: As questões de números 1 a 3 referem-se ao texto abaixo.

Primeiras estórias é, certamente, o melhor livro para começar a entender Guimarães Rosa. Com uma variedade de temas e situações onde se encontram exemplares de vários tipos de conto – do fantástico ao anedótico, passando pelo psicológico, o autobiográfico e o satírico – Guimarães Rosa mantém seu estilo próprio com uma estrutura mais assimilável pelo leitor, em consequência do próprio gênero conto. O tratamento que é dado aos temas também é diversificado: ora patético, ora jocoso, ora sarcástico, lírico, erudito e popular.

A maioria dos contos desenrola-se numa região não especificada, mas reconhecível como a das obras anteriores, embora seu cenário seja apenas esboçado. E isso porque, como há um estilo Guimarães Rosa, há também um mundo, um universo Guimarães Rosa perfeitamente identificável, no sentido de que sua obra criou um âmbito próprio, um espaço geográfico e temporal que não se demarca por latitudes e longitudes, nem pelo calendário. É o espaço que circunscreve seus míticos personagens, e tão amplo como aquele outro, o mundo real, de cujos habitantes esses personagens são outras tantas facetas.

(Adaptado do texto de apresentação de **Primeiras estórias**, de Guimarães Rosa, retirado da quarta capa da 26ª edição – Ed. Nova Fronteira)

1. De acordo com o texto, é correto afirmar:
- (A) Ao qualificar de *míticos* os personagens do livro, o autor sugere não terem eles qualquer vínculo com as pessoas que de fato existem.
 - (B) **Primeiras estórias** é considerado pelo autor do texto como o melhor dos livros publicados por Guimarães Rosa.
 - (C) A diversidade presente em **Primeiras estórias** não se restringe à temática, mas se estende à composição dos próprios contos.
 - (D) Ainda que não tragam uma precisa demarcação geográfica – *latitudes e longitudes* –, todos os contos do livro se passam em torno da cidade onde nasceu Guimarães Rosa.
 - (E) A linguagem de **Primeiras estórias** é mais intrincada do que aquela utilizada nos outros livros de Guimarães Rosa.

2. A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente, com os necessários ajustes, foi realizada de modo INCORRETO em:
- (A) O tratamento que é dado aos temas = O tratamento que lhes é dado.
 - (B) que circunscreve seus míticos personagens = que os circunscreve.
 - (C) para começar a entender Guimarães Rosa = para começar a entendê-lo.
 - (D) sua obra criou um âmbito próprio = sua obra criou-o.
 - (E) Guimarães Rosa mantém seu estilo próprio = Guimarães Rosa lhe mantém.

3. O verbo empregado pelo autor do texto no singular e que poderia igualmente ter sido empregado no plural, mantidos o sentido e a correção da frase, está em:
- (A) ... um espaço geográfico e temporal que não se demarca por latitudes e longitudes ...
 - (B) A maioria dos contos desenrola-se numa região não especificada ...
 - (C) ... sua obra criou um âmbito próprio, um espaço geográfico e temporal ...
 - (D) ... espaço que circunscreve seus míticos personagens ...
 - (E) ... há também um mundo, um universo Guimarães Rosa ...

4. Leia o texto abaixo e as afirmações I, II e III feitas em seguida.

Panorama é o nome dado, grosso modo, a qualquer vista abrangente de um espaço físico, ou seja, é uma ampla vista geral de uma paisagem, território, cidade ou de parte destes elementos, normalmente vistos de um ponto elevado ou relativamente distante.

A palavra foi originalmente cunhada na segunda metade do século XVIII pelo pintor irlandês Robert Barker para descrever suas pinturas "panorâmicas" de Edimburgo. O vocábulo é formado por dois termos do grego antigo – *pan*, que significa "total", e *orama*, que significa "vista".

(Adaptado de <http://pt.wikipedia.org/wiki/Panorama>, acessado em 09/03/2011)

- I. A expressão *grosso modo* equivale a **de modo genérico**.
- II. O segmento *originalmente cunhada* poderia ser substituído, preservando-se o sentido e a correção, por **gravada de modo original**.
- III. Em *normalmente vistos de um ponto elevado ou relativamente distante*, a utilização do termo *normalmente* indica serem os pontos de observação mencionados os únicos que permitem caracterizar uma imagem como **panorâmica**.

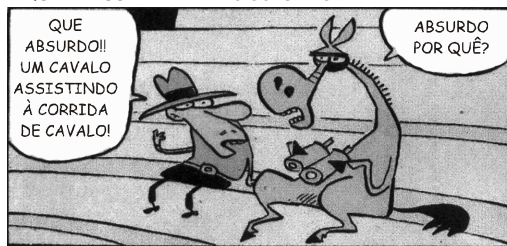
Tendo como base o texto acima, está correto o que consta em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) III, somente.
- (E) I, II e III.



5. Leia os quadrinhos da tirinha abaixo.

NÍQUEL NÁUSEA FERNANDO GONSALES



(Folha de S.Paulo, ilustrada, 24.03.2011, p. E13)

É correto afirmar que o humor da tira provém principalmente

- do fato de o cavalo concordar com a observação do homem de chapéu de que *um cavalo assistindo à corrida de cavalo* é mesmo um absurdo.
- do uso equivocado da palavra *absurdo*, pois o leitor sabe que não há nada de inusitado ou incomum no envolvimento com o trabalho de quem *está de férias*.
- da posição dos dois personagens, que conversam sobre a corrida de cavalos, mas estão voltados de costas para ela, o que só é revelado no último quadrinho.
- da quebra das expectativas do leitor ao dar-se conta, no último quadrinho, de que o *absurdo* aludido no primeiro tem sentido diverso do imaginado.
- do jogo de palavras que se estabelece entre o *absurdo* referido no primeiro quadrinho e a última frase dita pelo cavalo, no último – *Faz sentido!*

6. Analise as frases abaixo do ponto de vista da redação.

- A Gestão por Competências, alternativa aos modelos gerenciais tradicionalmente utilizados pelas organizações, propõem-se a orientar esforços para planejar, captar, desenvolver e avaliar, nos diferentes níveis da organização, as competências necessárias à consecussão de seus objetivos.
- A proposta da Gestão por Competências é compreender quais são as competências organizacionais críticas para o sucesso empresarial, desdobrá-las em termos de competências profissionais e desenvolvê-las junto ao quadro de funcionários internos.
- Na Gestão por Competências, direcionam-se as ações prioritariamente para o gerenciamento da lacuna de competências eventualmente existente na organização ou equipe, procurando suprimi-la ou minimizá-la.
- Minimizar eventuais lacunas de competências significam orientar e estimular os profissionais a eliminar as discrepâncias entre o que eles são capazes de fazer e o que a organização espera que eles façam.

(Adaptado de "Gestão por competências", http://pt.wikipedia.org/wiki/Gest%C3%A3o_por_compet%C3%A2ncias, acessado em 01/04/2011)

Estão redigidas de acordo com a norma culta APENAS as frases

- I e III.
- II e III.
- I e IV.
- I, II e IV.
- II, III e IV.

Atenção: As questões de números 7 e 8 referem-se ao texto abaixo.

Electra II*

(...)

*Electra II é
para mim
ponte-aérea
Rio-S. Paulo
é cartão
de embarque
na mão e vento
nos cabelos
é
subir a escada
e voar*

Electra II

*para mim
é a cidade
do alto a ponte
e a salgada
baía
e a Ilha
Fiscal
antes de pousar*

(...)

*Natural pois
encontrá-lo
no aeroporto
Santos Dumont*

*mas nunca
na rua Paula Matos
ainda que
acima da minha
cabeça (e
das casas)
espiando
entre os ramos*

*como se me buscasse
pela cidade*

(...)

* O mais famoso avião a operar, durante muitos anos, a ponte aérea Rio-São Paulo.

Ferreira Gullar

(Muitas vozes. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999, p. 4-8)

7. Os segmentos *Natural pois* e *mas nunca* aludem, respectivamente,

- ao que é próprio da natureza e ao que é artificial.
- à Ilha Fiscal e ao *Electra II*.
- ao acidental ou episódico e ao acontecimento previsto, rotineiro.
- ao previsto ou esperado e à súbita e inesperada aparição.
- à ponte aérea Rio-S. Paulo e ao aeroporto Santos Dumont.



8. Considere os versos abaixo.

*Natural pois
encontrá-lo
no aeroporto
Santos Dumont...*

*mas nunca
na rua Paula Matos
ainda que
acima da minha
cabeça (e
das casas)
espiando
entre os ramos*

*como se me buscasse
pela cidade*

Reorganizados num único período em prosa, apresenta pontuação inteiramente adequada:

- (A) Natural, pois encontrá-lo no aeroporto Santos Dumont, mas, nunca na rua Paula Matos, ainda que acima da minha cabeça (e das casas): espiando, entre os ramos como se me buscasse pela cidade.
- (B) Natural pois, encontrá-lo no aeroporto Santos Dumont, mas nunca na rua Paula Matos, ainda que acima da minha cabeça (e das casas) espiando, entre os ramos como se me buscasse pela cidade.
- (C) Natural, pois, encontrá-lo no aeroporto Santos Dumont, mas nunca na rua Paula Matos, ainda que acima da minha cabeça (e das casas), espiando entre os ramos como se me buscasse pela cidade.
- (D) Natural, pois, encontrá-lo no aeroporto Santos Dumont mas, nunca na rua Paula Matos ainda que, acima da minha cabeça (e das casas), espiando entre os ramos: como se me buscasse pela cidade.
- (E) Natural pois, encontrá-lo no aeroporto Santos Dumont, mas nunca, na rua Paula Matos, ainda que acima da minha cabeça (e das casas), espiando entre os ramos como se me buscasse – pela cidade.

Atenção: As questões de números 9 a 12 referem-se ao texto abaixo.

Ingres é o mais contraditório dos pintores. Defendia valores eternos, imutáveis e, num certo sentido, retrógrados. Mas, de maneira involuntária, perverteu os princípios clássicos que proclamava e foi essencial para artistas da modernidade, como Picasso ou Matisse. Quando houve, em 1911, uma exposição de Ingres em Paris, Degas prestou-lhe uma homenagem única: já velho e cego, foi, ainda assim, para pelo menos passar a mão sobre a superfície das telas do grande mestre.

Ingres concedia tanta intensidade formal ao estampado de um vestido, a um leque ou a um vaso, quanto aos braços, às espáduas, aos rostos. Nessa ausência de hierarquia, nesse universo de eternidades estáticas e objetivadas, instala-se o desconforto para o olhar. Não há pintor tão enigmático quanto esse mestre, que se queria conservador, claro e clássico.

(Adaptado de Jorge Coli. **Ponto de Fuga, Um estranho mestre.** São Paulo, Perspectiva, 2004, p. 189)

9. ... se queria conservador, claro e clássico. (2º parágrafo)

Com a afirmativa acima, o autor

- (A) explica a razão por que nas obras de Ingres há excesso de *intensidade formal*, tendendo para o *bizarro*.
- (B) reitera a observação feita anteriormente de que Ingres era adepto de *valores eternos, imutáveis*, que, no entanto, não se refletiam em suas obras.
- (C) ironiza preceitos difundidos por escolas de Belas Artes do passado, que tolhiam a criatividade de artistas que cultivavam um relativo *desconforto para o olhar*.
- (D) indica as principais qualidades formais da obra de Ingres, que, opondo-se aos modernistas, criava em suas obras um *universo de eternidades estáticas*.
- (E) esclarece o fato de Ingres ter sido apenas tardiamente consagrado e reconhecido como *grande mestre* por artistas como Picasso e Matisse.

10. ... os princípios clássicos que proclamava ...

O verbo que se encontra flexionado nos mesmos tempo e modo que o da frase acima está em:

- (A) *Não há pintor tão enigmático ...*
- (B) *... foi essencial para artistas ...*
- (C) *Defendia valores eternos ...*
- (D) *... pelo menos passar a mão sobre ...*
- (E) *Quando houve, em 1911 ...*

11. *Ingres concedia tanta intensidade formal ao estampado de um vestido ...*

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o da frase acima se encontra em:

- (A) *Degas prestou-lhe uma homenagem única ...*
- (B) *Ingres é o mais contraditório dos pintores.*
- (C) *... já velho e cego, foi, ainda assim ...*
- (D) *... perverteu os princípios clássicos ...*
- (E) *Defendia valores eternos, imutáveis ...*

12. Diferentemente de outros pintores impressionistas de sua época, que, no entanto respeitava imensamente, Degas dedicou-se estudar os efeitos que a luz artificial, em oposição natural, impunha cenas que retratava.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- (A) a - a - às
- (B) a - à - às
- (C) à - a - as
- (D) à - à - as
- (E) a - à - as



Atenção: As questões de números 13 a 15 referem-se ao texto abaixo.

O modo de ser da personagem Ricardo II, da peça A tragédia do rei Ricardo II, de William Shakespeare, parece elaborado para ilustrar a oscilação entre a pessoa e a sua função política. Em Ricardo a divisão interior é consubstancial, isto é, algo inerente ao seu modo de ser, podendo representar com maior clareza a dicotomia entre o eu e o outro, pressuposta na estrutura do mando. Quando alguém assume papel político, incorpora esse outro, que é quem precisa dos critérios de legitimação do mando. Mandar é tê-lo em si; quando ele se anula o sujeito fica reduzido à condição comum. Ao mesmo tempo arrogante e humilhado, Ricardo alterna a prepotência com a submissão e passa da confiança cega ao desalento, a ponto de abdicar antes que a abdicação lhe seja imposta. O processo se resolve na cena da abdicação, porque a dualidade da face e do seu reflexo é desfeita pela destruição do espelho. O homem absorveu o rei, como antes o rei absorvera o homem.

(Adaptado de Antonio Candido. "A culpa dos reis: mando e transgressão no Ricardo II". **Ética**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 98)

13. Depreende-se da análise de Antonio Candido da peça de Shakespeare que o *eu* e o *outro* mencionados são, respectivamente, o

- (A) rei que é deposto de seu trono e o rei que é alçado ao poder.
- (B) sujeito que detém a autoridade e o mando, e o sujeito submisso que obedece àquele.
- (C) monarca autoritário e prepotente, e aquele que é fraco e submisso aos súditos.
- (D) homem equilibrado e seguro, e o sujeito deprimido e entregue às circunstâncias adversas.
- (E) homem dotado de humanidade e o sujeito revestido da autoridade decorrente de sua posição.

14. ... *como antes o rei absorvera o homem.*

Passando-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- (A) seria absorvido.
- (B) é absorvido.
- (C) absorveu-se.
- (D) fora absorvido.
- (E) havia de absorver.

15. Considere as frases abaixo, construídas com palavras retiradas do texto (grafadas em negrito). A frase cuja redação está inteiramente de acordo com a norma culta é:

- (A) Alguns acreditam que com o advento da chamada globalização o mundo foi **reduzido** entre uma pequena aldeia.
- (B) É notável a **submissão** de certos animais acerca do dono.
- (C) Não se pode afirmar que não haja **legitimação** sobre regras morais na sociedade contemporânea.
- (D) Parece razoável propor que em todas as áreas do conhecimento há certa **dicotomia** à teoria e prática.
- (E) Alguns críticos acreditam que a sensibilidade é **inerente** nos grandes artistas.

Legislação

16. De acordo com a Lei nº 8.666/1993, a declaração de nulidade do contrato administrativo

- (A) não desconstitui qualquer efeito jurídico já produzido, tendo em vista que estes já são considerados atos jurídicos perfeitos.
- (B) opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, mas não desconstitui os já produzidos nos 180 dias anteriores.
- (C) não opera retroativamente, uma vez que os efeitos jurídicos ordinários já foram produzidos.
- (D) opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- (E) opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir até o limite de 24 meses, mas não desconstitui os já produzidos.

17. De acordo com a Lei nº 8.666/1993, a licitação, na modalidade Convite,

- (A) terá no mínimo três participantes escolhidos e convidados pela unidade administrativa dentre interessados, cadastrados ou não.
- (B) ocorre entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- (C) poderá ter o convite estendido a participantes cadastrados ou não que manifestarem seu interesse com antecedência de até doze horas da apresentação das propostas.
- (D) terá no mínimo cinco participantes escolhidos e convidados pela unidade administrativa dentre interessados, cadastrados ou não.
- (E) ocorre entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

18. Mario, comandante de aeronave, recebeu de órgão controlador de voo ordem para pousar. Posteriormente, ficou comprovado que a autoridade aeronáutica excedeu suas atribuições e, sem motivos relevantes, expediu esta ordem. Neste caso, a autoridade aeronáutica que expediu a ordem de pouso está sujeita à penalidade de

- (A) advertência escrita e multa administrativa.
- (B) suspensão por prazo que variará de 15 a 60 dias, conversíveis em multa.
- (C) suspensão por prazo que variará de 60 a 120 dias, conversíveis em multa.
- (D) advertência escrita, somente.
- (E) suspensão por prazo que variará de 30 a 90 dias, conversíveis em multa.



19. Considere as seguintes assertivas a respeito da entrada e saída do Espaço Aéreo Brasileiro:
- I. Toda aeronave proveniente do exterior fará, respectivamente, o primeiro pouso ou a última decolagem em aeroporto internacional.
 - II. A lista de aeroportos internacionais será publicada pela autoridade aeronáutica, sendo que suas denominações poderão ser modificadas mediante lei estadual, quando houver necessidade técnica dessa alteração.
 - III. Os aeroportos situados na linha fronteira do território brasileiro não poderão ser autorizados a atender ao tráfego regional, entre os países limítrofes, com serviços de infraestrutura aeronáutica comuns.
 - IV. As aeronaves brasileiras poderão ser autorizadas a utilizar aeroportos situados em países vizinhos, na linha fronteira ao Território Nacional, com serviços de infraestrutura aeronáutica comuns ou compartilhados.
- De acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica, está correto o que consta APENAS em
- (A) I e IV.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I e III.
 - (D) I, II e IV.
 - (E) II e IV.
20. De acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica, os aeródromos
- (A) públicos e privados serão abertos ao tráfego através de autorização administrativa do Ministro da Defesa.
 - (B) civis poderão ser utilizados por aeronaves militares, mas os aeródromos militares não poderão ser utilizados por aeronaves civis, por expressa vedação legal.
 - (C) públicos poderão ser construídos, mantidos e explorados por concessão ou autorização.
 - (D) privados só poderão ser utilizados com permissão de seu proprietário, permitida a exploração comercial.
 - (E) públicos, enquanto mantida a sua destinação específica pela União, constituem universidades e patrimônios autônomos, dependentes do titular do domínio dos imóveis onde estão situados.
21. O Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromos, o Plano Básico de Zoneamento de Ruído, o Plano de Zona de Proteção de Helipontos e os Planos de Zona de Proteção e Auxílios à Navegação Aérea serão aprovados por ato do
- (A) Ministro da Justiça.
 - (B) Ministro da Defesa.
 - (C) Presidente da República.
 - (D) Ministro da Aeronáutica.
 - (E) Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.
22. O contrato de arrendamento de aeronave deverá ser feito por instrumento
- (A) público obrigatório, com a assinatura de uma testemunha, e inscrito no Registro Aeronáutico Brasileiro.
 - (B) público obrigatório, com a assinatura de três testemunhas, e inscrito no Registro Aeronáutico Brasileiro.
 - (C) público ou particular, com a assinatura de duas testemunhas, e registrado no Cartório de Títulos e Documentos competente.
 - (D) público obrigatório, com a assinatura de duas testemunhas, facultado o seu Registro Aeronáutico Brasileiro.
 - (E) público ou particular, com a assinatura de duas testemunhas, e inscrito no Registro Aeronáutico Brasileiro.
23. A natureza de autarquia especial conferida à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC é caracterizada, dentre outras, pelas seguintes particularidades:
- (A) dirigentes sem mandato fixo e independência administrativa.
 - (B) dependência financeira e dirigentes com mandato fixo.
 - (C) subordinação hierárquica e autonomia financeira.
 - (D) independência administrativa e ausência de subordinação hierárquica.
 - (E) subordinação hierárquica e dependência financeira.
24. NÃO constitui competência da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC:
- (A) negociar, realizar intercâmbio e articular-se com autoridades aeronáuticas estrangeiras, para validação recíproca de atividades relativas ao sistema de segurança de voo, inclusive quando envolvam certificação de produtos aeronáuticos, de empresas prestadoras de serviços e fabricantes de produtos aeronáuticos, para a aviação civil.
 - (B) representar o País junto aos organismos internacionais de aviação civil, inclusive nos assuntos relativos ao sistema de controle do espaço aéreo e ao sistema de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos.
 - (C) proceder à homologação e emitir certificados, atestados, aprovações e autorizações, relativos às atividades de competência do sistema de segurança de voo da aviação civil, bem como licenças de tripulantes e certificados de habilitação técnica e de capacidade física e mental, observados os padrões e normas por ela estabelecidos.
 - (D) deliberar, na esfera administrativa, quanto à interpretação da legislação, sobre serviços aéreos e de infraestrutura aeronáutica e aeroportuária, inclusive casos omissos, quando não houver orientação normativa da Advocacia-Geral da União.
 - (E) firmar convênios de cooperação técnica e administrativa com órgãos e entidades governamentais, nacionais ou estrangeiros, tendo em vista a descentralização e fiscalização eficiente dos setores de aviação civil e infraestrutura aeronáutica e aeroportuária.



25. João, servidor público civil do Poder Executivo Federal, retirou da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, documento pertencente ao patrimônio público. Já Maria, também servidora pública civil do Poder Executivo Federal, deixou de utilizar avanços técnicos e científicos do seu conhecimento para atendimento do seu mister. Sobre os fatos narrados, é correto afirmar que
- (A) nenhuma das condutas narradas constitui vedação prevista no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
- (B) apenas João cometeu conduta vedada pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
- (C) apenas Maria cometeu conduta vedada pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
- (D) ambos praticaram condutas vedadas pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
- (E) João e Maria não estão sujeitos a Código de Ética; portanto, suas condutas, ainda que eventualmente irregulares, deverão ser apreciadas na seara própria.
26. No que concerne aos serviços aéreos,
- (A) as concessões ou autorizações para os serviços aéreos públicos serão regulamentadas pelo Poder Legislativo, através de sua competência exclusiva, e somente poderão ser cedidas ou transferidas mediante anuência da autoridade competente.
- (B) os serviços aéreos privados são os realizados, com remuneração, em benefício do próprio operador, compreendendo, dentre outras, as atividades aéreas de recreio ou desportivas.
- (C) os proprietários ou operadores de aeronaves destinadas a serviços aéreos privados, sem fins comerciais, necessitam de autorização para suas atividades aéreas, fornecida após recebimento das informações prévias sobre voo planejado.
- (D) a exploração de serviços aéreos públicos dependerá sempre da prévia concessão, quando se tratar de transporte aéreo não regular, ou de autorização no caso de transporte aéreo regular.
- (E) o transporte aéreo de mala postal poderá ser feito, com igualdade de tratamento, por todas as empresas de transporte aéreo regular, em suas linhas, atendendo às conveniências de horário, ou mediante fretamento especial.
27. Nos termos do Código Brasileiro de Aeronáutica, o explorador da aeronave responde pelos danos a terceiros na superfície, causados, diretamente, por aeronave em voo. Considere hipótese específica em que quem pilotava a aeronave, causadora dos danos a terceiros na superfície, era o preposto do explorador, inexistindo qualquer causa legal excludente de responsabilidade. Acerca do fato narrado,
- (A) responderá pelos danos o explorador.
- (B) trata-se de hipótese de responsabilidade subsidiária, isto é, o explorador somente responderá caso os danos não possam ser ressarcidos pelo preposto.
- (C) responderá pelos danos o preposto, não havendo qualquer responsabilidade por parte do explorador.
- (D) o explorador e o preposto responderão em igualdade de condições, isto é, cada um arcará com metade dos prejuízos causados.
- (E) trata-se de hipótese em que inexistente qualquer responsabilidade pelos danos causados.
28. O atraso injustificado na execução do contrato administrativo sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. Referida multa
- (A) pode ser descontada de pagamentos eventualmente devidos pela Administração Pública ao contratado.
- (B) não corresponde à sanção administrativa prevista na Lei nº 8.666/1993.
- (C) impede que a Administração Pública aplique outras sanções previstas na Lei nº 8.666/1993.
- (D) não pode ser superior ao valor da garantia prestada pelo contratado.
- (E) não pode, em qualquer caso, ser cobrada judicialmente.
29. O pregão, previsto na Lei nº 10.520/2002,
- (A) não poderá ser adotado para a aquisição de bens e serviços comuns.
- (B) corresponde à modalidade de licitação em que a disputa não poderá ser feita por meio de propostas e lances em sessão pública.
- (C) poderá ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia de informação, nos termos de regulamentação específica.
- (D) corresponde à modalidade de licitação destinada apenas à União Federal.
- (E) trata de modalidade licitatória em que não são aplicáveis, subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/1993, dada a especificidade da disciplina legal que lhe é aplicável.
30. O Comandante de Aeronave
- (A) não tem seu nome constante do Diário de Bordo.
- (B) poderá, sob sua responsabilidade, adiar ou suspender a partida da aeronave, quando julgar indispensável à segurança do voo.
- (C) poderá delegar a outro membro da tripulação as atribuições que se relacionem com a segurança do voo.
- (D) não é responsável pela guarda de bagagens despachadas, ainda que lhe sejam asseguradas pelo proprietário ou explorador condições de verificar a quantidade e estado das mesmas.
- (E) é responsável pela segurança da aeronave, porém não pela operação da mesma.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. No tocante à abrangência do escopo, na sequência do mais reduzido e específico para o mais abrangente e alinhado à estratégia da organização, encontram-se os processos de gerenciamento de

- (A) projeto, de portfólio e de programa.
- (B) programa, de portfólio e de projeto.
- (C) portfólio, de projeto e de programa.
- (D) projeto, de programa e de portfólio.
- (E) programa, de projeto e de portfólio.

32. Os escritórios de gerenciamento de projetos (PMO) podem ser de

- I. esfera departamental para apoio a diversos projetos simultâneos.
- II. gestão dos projetos interdepartamentais.
- III. planejamento estratégico dos projetos e gestão do conhecimento empresarial.
- IV. projeto específico separado das operações da empresa.

Um escritório de projeto corporativo atua em

- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

33. O Termo de Abertura do Projeto é a saída do processo "Desenvolver o termo de abertura do projeto", que está vinculado no PMBOK à uma área de conhecimento denominada

- (A) Iniciação.
- (B) Integração.
- (C) Planejamento.
- (D) Aquisições.
- (E) Escopo.

34. Segundo o PMBOK, o resultado "Atualizações do registro dos riscos" NÃO é uma saída do processo:

- (A) monitorar e controlar os riscos.
- (B) planejar as respostas aos riscos.
- (C) realizar a análise quantitativa dos riscos.
- (D) realizar a análise qualitativa dos riscos.
- (E) identificar os riscos.

35. Sobre nível de serviço ITIL, considere:

- I. Acordos de nível de serviço.
- II. Acordos de nível operacional.
- III. Contratos de suporte.
- IV. Processos de gestão de serviços.

O gerenciamento de nível de serviço (SLM) é o processo responsável pelo cumprimento das metas acordadas de nível de serviço por meio de

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

36. Na etapa Estratégia de Serviço do ITIL, para avaliar o custo de se possuir um item de configuração no ciclo de vida completo, não apenas o custo inicial ou o preço de compra, bem como para se obter ajuda na tomada de decisões de investimentos, usa-se uma metodologia denominada

- (A) TCO – Custo total de propriedade.
- (B) TCU – Custo total de utilização.
- (C) TCS – Custo total do serviço.
- (D) TCI – Custo total do investimento.
- (E) ROI – Retorno sobre o investimento.

37. No estágio de Melhoria Contínua de Serviço (CSI) do ITIL, para uma efetiva implementação da melhoria, são definidos os processos fundamentais:

- (A) *Change Management, Knowledge Management e Service Validation and Testing.*
- (B) *7-Step Improvement Process, Service Measurement e Service Reporting.*
- (C) *7-Step Improvement Process, Service Measurement e Knowledge Management.*
- (D) *7-Step Improvement Process, Knowledge Management e Service Validation and Testing.*
- (E) *Service Measurement, Change Management e Knowledge Management.*

38. O princípio básico do modelo CobiT estabelece que os ...I... são gerenciados pelos ...II... para atingir os ...III... que respondem aos ...IV...

As lacunas I, II, III e IV são preenchidas correta e respectivamente por:

- (A) requisitos de negócios, objetivos de TI, recursos de TI e processos de TI.
- (B) requisitos de negócios, processos de TI, objetivos de TI e recursos de TI.
- (C) processos de TI, objetivos de TI, recursos de TI e requisitos de negócios.
- (D) recursos de TI, processos de TI, objetivos de TI e requisitos de negócios.
- (E) recursos de TI, objetivos de TI, requisitos de negócios e processos de TI.

39. A transparência dos custos, do valor e dos riscos é identificada como uma das mais importantes metas para a governança de TI. No CobiT, embora outras áreas contribuam, a transparência é primariamente atingida pela área de foco na governança de TI denominada:

- (A) Alinhamento estratégico.
- (B) Entrega de valor.
- (C) Gestão de riscos.
- (D) Gestão de recursos.
- (E) Mensuração de desempenho.

40. "As práticas existentes são formalizadas por meio de procedimentos padronizados, documentados e comunicados através de treinamento, porém, desvios não são detectados apesar do cumprimento dos processos ser mandatório." Esta situação caracteriza, segundo o CobiT, que os processos de TI se encontram no nível de maturidade

- (A) 1 – Inicial/Ad hoc.
- (B) 2 – Repetível, porém intuitivo.
- (C) 3 – Processo definido.
- (D) 4 – Gerenciado e mensurável.
- (E) 5 – Otimizado.



41. Ao gerar o par de chaves criptográficas para o certificado digital, a Autoridade de Registro
- (A) armazena a chave pública.
 (B) armazena a chave privada.
 (C) armazena as chaves pública e privada.
 (D) armazena a chave privada e a senha de acesso à chave.
 (E) armazena as chaves pública e privada e a senha de acesso à chave privada.
-
42. Sobre Certificação Digital, analise:
- I. As transações feitas com a identidade digital têm validade jurídica garantida pela Medida Provisória 2.200-2.
 II. A validade do certificado digital pode variar de 1 a 3 anos. Após o vencimento, é necessário fazer a renovação novamente com a Autoridade de Registros.
 III. *Smart card*, *token* ou computador pessoal são algumas das opções de armazenamento do certificado digital.
 IV. O certificado digital Tipo A1 oferece maior segurança e praticidade, pois, é gerado e armazenado em um *hardware*, ou seja, em um *smart card* ou *token*.
- Está correto o que consta em
- (A) I, II, III e IV.
 (B) I, II e III, apenas.
 (C) I e II, apenas.
 (D) II, III e IV, apenas.
 (E) I e IV, apenas.
-
43. As duas técnicas criptográficas mais comuns de autenticação de mensagem são um código de autenticação de mensagens (MAC - *Message Authentication Code*) e uma função de *hash* segura. Sobre *hash*, é correto afirmar que
- (A) mapeia uma mensagem de tamanho fixo em um valor de *hash* de tamanho variável, ou um resumo de mensagem (*message digest*).
 (B) se trata de um algoritmo que requer o uso de uma chave secreta. Apanha uma mensagem de comprimento fixo e uma chave secreta como entrada e produz um código de autenticação.
 (C) precisa ser combinada de alguma forma com uma chave pública, mas nunca com uma chave secreta, para a autenticação da mensagem.
 (D) um código de *hash*, diferentemente de um MAC, usa apenas uma chave que se refere à função da mensagem de entrada e saída.
 (E) o código de *hash* é uma função de todos os *bits* da mensagem e oferece uma capacidade de detecção de erros: uma mudança em qualquer *bit* ou *bits* na mensagem resulta em uma mudança no código de *hash*.
-
44. Sobre criptografia, é correto afirmar:
- (A) Os dois tipos de ataque em um algoritmo de criptografia são *cross scripting*, baseada elaboração de *script* de tentativa e erro, e a força bruta, que envolve a tentativa de todas as chaves possíveis.
 (B) A criptografia simétrica transforma o texto claro em texto cifrado, usando uma chave pública e um algoritmo de substituição.
 (C) As cifras simétricas tradicionais (anteriores ao computador) utilizam técnicas de substituição que mapeiam elementos de texto claro (caracteres, *bits*) em elementos de texto cifrado, transpondo sistematicamente as posições dos elementos do texto claro.
 (D) A esteganografia é uma técnica para esconder uma mensagem secreta dentro de uma maior, de modo que os outros não possam discernir a presença ou conteúdo da mensagem oculta.
 (E) A criptografia simétrica é uma forma de criptosistema em que a criptografia e a decriptografia são realizadas usando duas chaves, uma pública e uma secreta.
-
45. A classificação da informação no setor público tem como objetivo assegurar que a informação receba um nível adequado de proteção. Sobre a política de classificação da informação no setor público, é INCORRETO afirmar:
- (A) Os dados ou informações sigilosos são classificados em ultra-secretos, secretos, confidenciais e reservados, em razão do seu teor ou dos seus elementos intrínsecos.
 (B) É aconselhável que considere decretos ou leis que disciplinam a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos, bem como das áreas e instalações onde tramitam.
 (C) Representa um conjunto de normas, procedimentos e instruções existentes que tratam sobre como proteger as informações.
 (D) Para determinar o Grau de Sigilo, deve-se definir os rótulos de classificação da informação, independentemente do público que deverá ter acesso.
 (E) Considera que o Grau de Sigilo de uma informação é uma classificação (rótulo) atribuída a cada tipo de informação com base no seu conteúdo.
-
46. Para determinar a Área de Segurança, ou seja, o espaço físico que precisa ser protegido contra as ameaças que podem gerar um incidente de segurança da informação, é necessário
- (A) armazenar o *backup* das informações de segurança no mesmo prédio, para facilitar o acesso rápido a essas informações.
 (B) instalar equipamentos processadores de informações, tais como computadores, impressoras, fax etc. em áreas com acesso público, como expedição e carga de materiais.
 (C) definir quais são as informações essenciais e onde elas podem ser encontradas.
 (D) definir as áreas onde são processadas todas as informações.
 (E) delimitar uma área de fácil acesso ao público, com identificações detalhadas de seu propósito.



47. Sobre o uso e gerenciamento de senhas como parte da política de controle de acesso, é correto afirmar que
- (A) os privilégios de acesso por meio de senha devem estar restritos à necessidade real de cada usuário ou grupo de usuários, tanto para acesso à rede quanto aos sistemas e ao banco de dados.
 - (B) uma forma de garantir o comprometimento dos colaboradores em manter a confidencialidade da senha é incluir uma cláusula no termo de confidencialidade dessas senhas, apesar desse procedimento não ser juridicamente legal.
 - (C) ainda não estão disponíveis tecnologias mais seguras para substituir o uso exclusivo da senha digitada.
 - (D) a prática dos colaboradores emprestarem senhas, conduzidos pelo processo de negócio, sistema de informação ou sistema operacional da rede, é sinal de que uma nova Política de Segurança deve ser criada.
 - (E) uma senha temporária deverá ser alterada quando o colaborador achar necessário.
48. Ao escrever e implementar uma política de segurança da informação, a organização cria mecanismos para orientar o comportamento das pessoas, o que se dará pela imposição de restrições e pela determinação de condutas obrigatórias. Apesar da melhor das intenções, os direitos das pessoas, de outras organizações e mesmo do Estado, poderão ser infringidos inadvertidamente. Ao se definir uma política de segurança da informação, no que diz respeito à legislação, é INCORRETO afirmar:
- (A) O uso de criptografia, quer seja para o armazenamento quer para a transferência de informação, deve estar de acordo com as leis do país, pois pode haver restrições quanto à exportação ou importação de determinados algoritmos criptográficos.
 - (B) A organização deve empenhar esforços no sentido de se manter um inventário de seus ativos de informação, sobretudo de obras protegidas pelo direito de propriedade intelectual.
 - (C) A política de segurança da informação deve evidenciar a posição contrária da empresa a qualquer violação de propriedade intelectual.
 - (D) Deve-se identificar todas as leis, normas, estatutos, regulamentos e até mesmo recomendações que se aplicam ao negócio.
 - (E) Deve-se proteger as informações dos colaboradores, fornecedores e clientes, que não podem ser cedidas em hipótese alguma.
49. Os indicadores determinantes na análise qualitativa de riscos são representados apenas por
- (A) ameaça, impacto, prejuízo financeiro e processo.
 - (B) ameaça, vulnerabilidade e impacto.
 - (C) origem, ameaça, controle e prejuízo financeiro.
 - (D) prejuízo financeiro, ameaça, vulnerabilidade e controle.
 - (E) processo, ameaça, impacto, controle e prejuízo financeiro.
50. Sobre segurança em redes sem fio,
- (A) a única maneira de detectar falsos concentradores é avaliando a que distância se encontram em relação à estação de monitoramento.
 - (B) os concentradores podem ser úteis para prover monitoramento do tráfego, o que é suficiente para identificar qualquer tipo de ataque.
 - (C) o correto monitoramento do ambiente de rede é uma das ações de segurança mais importantes e deve ter prioridade sobre os demais processos de segurança.
 - (D) o monitoramento de rede pode detectar os pontos de falha, mas não poderão explicar como um determinado ataque, bem sucedido ou não, ocorreu.
 - (E) o administrador deve monitorar apenas os padrões em uso no ambiente.
51. Com relação aos mecanismos de controle de acesso,
- (A) o *Role-Based Access Control* (RBAC) é um mecanismo de controle de acesso em que cada usuário é associado a um nível de segurança e que permite ao proprietário do recurso decidir quem tem permissão de acesso em determinado recurso e qual privilégio ele terá.
 - (B) no *Discretionary Access Control* (DAC), a política de acesso é determinada pelo sistema e não pelo proprietário do recurso. Cada usuário é associado a um nível de segurança, isto é, o potencial de risco que poderia resultar de um acesso não autorizado a informação.
 - (C) o *Mandatory Access Control* (MAC) é um mecanismo de controle de acesso em que as permissões são associadas a papéis e os usuários são mapeados para esses papéis.
 - (D) o *Role-Based Access Control* (RBAC) possibilita ao administrador de sistema criar papéis, definir permissões para esses papéis e, então, associar usuários para os papéis com base nas responsabilidades associadas a uma determinada atividade.
 - (E) o *Discretionary Access Control* (DAC) possibilita uma grande flexibilidade e facilidade do ajuste do controle de acesso à medida que ocorrem mudanças no ambiente.
52. Representam fragilidades de segurança em redes sem fio, EXCETO:
- (A) A maioria dos concentradores vem com serviço SNMP habilitado, e isso pode ser usado por um atacante, pois revela uma vasta gama de informações sobre a rede em questão.
 - (B) A maioria dos equipamentos saem de fábrica com senhas de administração e endereço IP padrão. Caso estes não sejam trocados, poderão permitir a um atacante que se utilize delas em uma rede-alvo.
 - (C) A alta potência dos equipamentos pode permitir que um atacante munido de uma interface de maior potência receba o sinal a uma distância não prevista pelos testes.
 - (D) O posicionamento de determinados componentes de rede pode comprometer o bom funcionamento da rede e facilitar o acesso não autorizado e outros tipos de ataque.
 - (E) Os métodos de segurança WEP são completamente vulneráveis por possuírem chaves WEP pré-configuradas que não podem ser modificadas.



53. O Plano de Continuidade do Negócio
- (A) não precisa ser testado antes que se torne realmente necessário, pois testes por si só implicam em riscos aos ativos de informação.
 - (B) deve ser elaborado com base em premissas departamentais particulares do que é considerado importante ou não.
 - (C) prioriza e estabelece as ações de implantação como resultado de uma ampla análise de risco.
 - (D) define uma ação de continuidade imediata e temporária.
 - (E) precisa ser contínuo, evoluir com a organização, mas não precisa ser gerido sob a responsabilidade de alguém como os processos organizacionais.
-
54. De acordo com a ISO/IEC 27002:2005, para cada um dos riscos identificados, seguindo a análise/avaliação de riscos, uma decisão sobre o tratamento do risco precisa ser tomada. Uma possível opção para o tratamento do risco NÃO inclui
- (A) transferir os riscos associados para outras partes, por exemplo, seguradoras ou fornecedores.
 - (B) evitar riscos, não permitindo ações que poderiam causar a ocorrência de riscos.
 - (C) conhecer e objetivamente aceitar os riscos, sabendo que eles atendem claramente à política da organização e aos critérios para a aceitação de risco.
 - (D) ignorar os riscos, pois os possíveis problemas causados impactam em um custo menor do que o necessário para o seu tratamento.
 - (E) aplicar controles apropriados para reduzir os riscos.
-
55. Com base na seção "Gestão de incidentes da segurança da informação" da norma ISO/IEC 27002:2005, é possível tratar os incidentes da segurança dentro de processos propostos pelo CobiT 4.1 e pelo ITIL. A afirmação faz referência
- (A) aos processos DS8 – Gerenciar a central de serviço e os incidentes do COBIT e Gerenciamento de incidente do ITIL.
 - (B) ao processo DS10 – Gerenciar os problemas do COBIT, apenas.
 - (C) aos processos DS4 – Assegurar continuidade de serviços do COBIT e Gerenciamento de problema do ITIL.
 - (D) aos processos PO9 – Avaliar e gerenciar os riscos de TI do COBIT e Gerenciamento do nível de serviço do ITIL.
 - (E) ao processo Gerenciamento de operações do ITIL, apenas.
-
56. A norma ISO/IEC 27001:2006 trata
- (A) da gestão de riscos em sistemas de gestão da segurança da informação.
 - (B) de requisitos de sistema de gestão da segurança da informação, métricas e medidas, e diretrizes para implementação.
 - (C) de requisitos para auditoria e certificação de um sistema de gestão da segurança da informação.
 - (D) das recomendações de controles para segurança da informação da antiga ISO/IEC 17799.
 - (E) do modelo conhecido como Plan-Do-Check-Act (PDCA), que é adotado para estruturar todos os processos do sistema de gerenciamento da segurança da informação.
-
57. De acordo com a ISO/IEC 27005:2008, as opções completas para tratamento do risco são: mitigar (*risk reduction*),
- (A) ignorar (*risk ignore*), evitar (*risk avoidance*) e transferir (*risk transfer*).
 - (B) aceitar (*risk retention*), evitar (*risk avoidance*) e transferir (*risk transfer*).
 - (C) ignorar (*risk ignore*), aceitar (*risk retention*), evitar (*risk avoidance*) e transferir (*risk transfer*).
 - (D) aceitar (*risk retention*), evitar (*risk avoidance*), transferir (*risk transfer*) e ocultar (*risk hide*).
 - (E) evitar (*risk avoidance*) e transferir (*risk transfer*).



58. No que se refere às responsabilidades da direção descritas na norma ISO/IEC 27001:2006, analise:

- I. A direção deve fornecer evidência do seu comprometimento com o estabelecimento, implementação, operação, monitoramento, análise crítica, manutenção e melhoria do Sistema de Gestão da Segurança da Informação mediante a definição de critérios para aceitação de riscos e dos níveis de riscos aceitáveis.
- II. A organização deve determinar e prover os recursos necessários para assegurar que os procedimentos de segurança da informação apoiem os requisitos de negócio.
- III. A organização deve assegurar que todo o pessoal que tem responsabilidades atribuídas definidas no Sistema de Gestão da Segurança da Informação seja competente para desempenhar as tarefas requeridas, avaliando a eficácia das ações executadas.
- IV. A organização deve determinar e prover os recursos necessários para estabelecer, implementar, operar, monitorar, analisar criticamente, manter e melhorar um Sistema de Gestão da Segurança da Informação.

Está correto o que consta em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

59. A segurança em recursos humanos visa assegurar que os funcionários, fornecedores e terceiros entendam suas responsabilidades e estejam de acordo com os seus papéis, e reduzir o risco de roubo, fraude ou mau uso de recursos. Sobre os papéis e responsabilidades pela segurança da informação de funcionários, fornecedores e terceiros, descrita na norma ISO/IEC 27002:2005, convém que sejam

- (A) definidos e claramente comunicados aos candidatos a cargos, após a contratação.
- (B) definidos e documentados, de acordo com a política de segurança da informação da organização.
- (C) definidos e documentados, de acordo com o perfil pessoal e experiências profissionais anteriores.
- (D) requisitos para implementar e agir de acordo com as ordens dos superiores.
- (E) requisitos para assegurar que a responsabilidade é atribuída à gerência para tomada de ações, e não à pessoa.

60. Sobre Segurança da Informação, analise:

- I. As maioria das normas ISO/IEC da série 27000 são aderentes ao modelo de Governança do CobiT ou vice-versa.
- II. Na área de gerenciamento de serviços de TI, existe o CobiT que, no processo de gerenciamento de continuidade, traz as melhores práticas para a elaboração de um plano de continuidade do negócio.
- III. Sem um plano de recuperação de desastres os administradores de sistemas utilizam diversos artifícios para tentar restabelecer o serviço no menor tempo possível. Os dispositivos adequados para tornar os serviços disponíveis todo o tempo (24/7) possuem redundâncias de *hardware*, além de diversos controles de acesso ao ambiente.
- IV. Na inexistência de um plano de recuperação de desastres e em serviços críticos, consegue-se restabelecer os serviços, tendo como prejuízo apenas a alocação extra de mão de obra especializada (suporte técnico) e atraso na normalização dos serviços.

Está correto o que consta em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) II e III, apenas.

**ESTUDO DE CASO**

Instruções: Em conformidade com o Capítulo VIII, DA PROVA DE ESTUDO DE CASO PARA TODOS OS CARGOS, constante do Edital de Abertura de Inscrições nº 01/2011.01, será atribuída nota ZERO à Prova de Estudo de Caso que apresentar qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado, devendo-se, portanto, observar os limites máximos para cada questão, conforme espaços já planejados para eventual rascunho neste Caderno de Questões.

Uma organização governamental está reestruturando a área de Tecnologia da Informação e todos os seus processos passam por revisões e são reformulados com base nas melhores práticas do mercado, definidas nos *frameworks* de Governança de TI.

Considerando os dados, responda ao que se pede nas questões 1 e 2.

QUESTÃO 1

Um plano de continuidade do negócio (PCN) deve ser mantido na organização para assegurar consistência, contemplar os requisitos de segurança e identificar as prioridades de testes e manutenção. Pede-se identificar e descrever os itens que compõem a estrutura básica do PCN da organização.

Utilize, no máximo, 30 linhas para sua resposta.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



QUESTÃO 2

As instalações de processamento da informação devem ser fisicamente protegidas, conforme estabelece a norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005. Pede-se identificar e descrever os itens de controle de segurança que devem ser especificados para proteger o ambiente computacional da organização.

Utilize, no máximo, 30 linhas para sua resposta.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	